

## ♦ entrevista especial ♦

### negociação e está até hoje esperando... Como vai ser esse balanço?

**Leite** – O Estado está pagando hoje os precatórios, na ordem cronológica, do ano de 2001, estamos falando de 20 anos para o pagamento. Isso é um problema histórico, não é deste governo. E a única forma de o Estado conseguir resolver esse problema é a partir de uma operação que consiga uma forte redução desse estoque de precatórios por acordos diretos. Quando falo em Estado saneado, estou falando da capacidade de pagar as contas de tudo que contratamos, salários, décimo-terceiro, obras, custeio da máquina. Mas restam essas duas espadas sobre a nossa cabeça: a dívida com a União, mais de R\$ 60 bilhões, e R\$ 16 bilhões de precatórios. Essa década que vem pela frente é crucial para o Estado dar resolução ao problema fiscal.

**JC – Em 2022, as alíquotas de ICMS vão voltar ao patamar original: 17% a alíquota básica, e 25% para combustíveis, energia e comunicações. Isso está certo, vai ser mantido?**

**Leite** – Sim, nem passou pela cabeça qualquer revisão. O Estado tem boa condição fiscal, capacidade de suportar essa queda das alíquotas, porque nos organizamos e agora conseguimos fazer esse movimento. Em 2021, já começamos, reduzimos a alíquota básica (do ICMS) de 18% para 17,5%. E, no ano que vem, volta aos 17%, a menor alíquota básica do Brasil junto de alguns outros estados. Agora, avançamos nas reduções de alíquotas de gasolina e álcool, energia, comunicações (25%) e alíquota básica que volta aos 17%. Vai ser um avanço importante na retomada de competitividade do Rio Grande do Sul.

**JC – Imposto sobre herança, pode ser retomada a proposta sobre mudança de alíquota?**

**Leite** – Não há mais espaço do ponto de vista político, pelo ano eleitoral. Estamos lidando com agentes políticos que já fizeram grandes debates sobre muitos temas, privatizações, reformas, concessões. A atual legislatura (da Assembleia Legislativa) já foi bastante ousada, e nós fomos muito ousados em reformas profundas para o Estado. Em ano eleitoral, a janela de oportunidade acaba sendo comprometida.

**JC – Em 2022 não vai ter projetos polêmicos?**



ANDRESSA PUFAL/JC



Agora, o foco é garantir a execução dos processos de privatizações e concessões que estavam planejados

**Leite** – Depende para quem é polêmica... Mas não há previsão de assuntos que repercutam, do ponto de vista político, como reformas na Previdência, nas carreiras e privatizações.

**JC – O pacote de privatizações já teve a CEEE, com os braços de distribuição (CEEE-D), transmissão (CEEE-T), Sulgás, está previsto ainda a geradora (CEEE-G), abertura de capital da Corsan, concessão de estradas, parques, Cais Mauá. É essa agenda de privatizações ou pode surgir algo mais em 2022?**

**Leite** – Agora o foco é garantir a execução do que estava planejado, concluímos os processos todos em 2022. Não deve vir nada de novo em termos de privatizações ou concessões, já é muita coisa. Fizemos a privatização de CEEE-D, CEEE-T, a CEEE Geradora está em curso, temos a venda das ações no mercado de capitais da Corsan, um IPO (oferta inicial de ações) com a entrega do controle, projetado para fevereiro (de 2022). E as concessões de estradas e parques. E estamos concluindo o processo do Cais Mauá.

**JC – A Companhia Riograndense de Mineração (CRM) não está mais na pauta...**

**Leite** – A CRM é uma situação mais complexa. Primeiro, porque se trata de atividade que, do ponto de vista ambiental, sofre questionamentos (mineração de carvão). Isso foi muito percebido, até para mim mesmo, foi crescendo a consciência do impacto que tem. Além disso, a atividade da CRM está ligada à CGTEE (hoje CGT Eletrosul), que já dispensou a participação em recente leilão de geração de energia. Então, a CRM vai merecer uma revisão do encaminhamento, está em aberto.

**JC – A Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) vai ser extinta?**

**Leite** – A EGR vai perder seu objeto como gerenciadora de rodovias pedagiadas no momento em que concluímos o processo das concessões. Ainda analisamos aproveitar o CNPJ para outro tipo de função, mas não temos essa definição. Poderia se tornar uma empresa de projetos.

**JC – O Estado projeta R\$ 2,4 bilhões em investimentos com recursos próprios em 2022. Nesse ano, em que projeta R\$ 1,69 bilhão, até novembro foram gastos R\$ 413 milhões. A máquina pública consegue efetivar esse gasto?**

**Leite** – Uma pessoa que não se exercita vai atrofiando a sua musculatura. O Estado do Rio Grande do Sul, infelizmente, pela incapacidade de investimento nas últimas décadas, foi perdendo a capacidade de execução. É um desafio. Estamos empenhados em garantir a execução do maior volume possível, os recursos estão disponíveis. A projeção do Programa

Avançar alcança R\$ 4,2 bilhões até o próximo ano. Mas temos uma série de dificuldades: um projeto, quando tem recurso federal, por exemplo, por menor que seja, tem que aprovar junto à Caixa (Econômica Federal)... entaves próprios da burocracia. A pandemia levou à escassez de material no mercado, a inflação pressiona os preços na área da construção civil, pavimentação, asfalto, aumenta os preços e precisamos refazer orçamentos e lançar novas licitações. Temos sofrido com licitações desertas por conta da defasagem dos preços, mas estamos ajustando e conseguindo vencer percalços. Eventualmente, cronogramas precisarão ser ajustados, mas estamos convictos de que 2022 vai ser um ano de muitos investimentos do Estado.

**JC – Mais de R\$ 4 bilhões até o ano que vem?**

**Leite** – No agregado do Programa Avançar até 2022. Parte que não conseguirmos executar neste ano, eventualmente (fica para 2022). Tem obras que estão começando, acessos aos municípios, ligações regionais. Porque a capacidade da pedreira que fornece para a obra estava subdimensionada, tiveram que colocar uma nova britadeira para ter pedras em volume suficiente. Então, agora começou a deslançar. Às vezes, tem gargalos. Mas boa parte das obras conseguiremos acelerar o fluxo no ano que vem.

**JC – Não concorrer na eleição de 2022 permitirá um governo melhor no último ano?**

**Leite** – O fato de não ser candidato à reeleição já me ajudou muito a criar um ambiente político em que pudéssemos

focar no enfrentamento dos problemas urgentes, sem preocupação com a próxima eleição. Eu quis liderar um projeto nacional, meu partido optou por um outro caminho (escolheu o governador João Doria para disputar o Planalto), respeito isso. Por outro lado, tem o bônus de poder ter mais nove meses à frente do Rio Grande do Sul, no momento que o Estado vai precisar muito da liderança por conta da execução dos investimentos.

**JC – O senhor descarta concorrer na eleição em 2022?**

**Leite** – Não deverei concorrer. Busquei concorrer a presidente da República. Não pretendo concorrer à reeleição, não pretendo concorrer ao Senado ou qualquer outro (cargo).

**JC – Descarta sair do PSDB?**

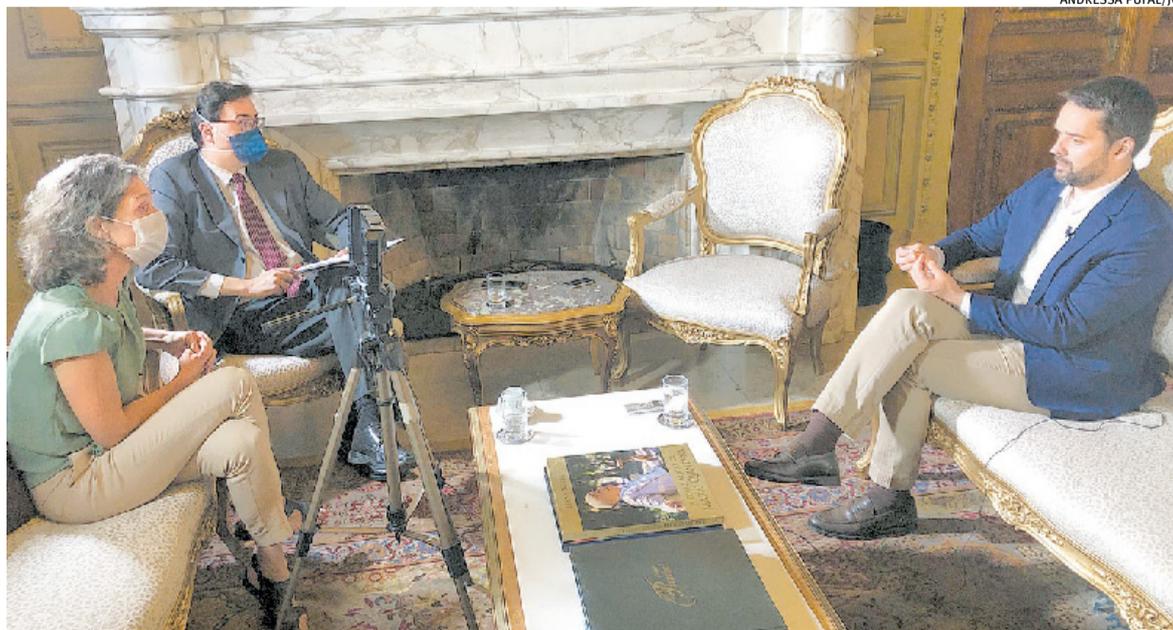
**Leite** – Não trabalho em sair do PSDB. É meu partido há 20 anos, não pretendo sair.

**JC – O Rio Grande do Sul nunca reelegeu o governador nem sucessor. O senhor pretende eleger o seu sucessor?**

**Leite** – Nós vamos eleger o nosso sucessor ao Piratini. Vamos quebrar este paradigma do Rio Grande do Sul.

**JC – O sucessor é do PSDB?**

**Leite** – Vamos conversar com os partidos da nossa base e arranjar a melhor solução. O PSDB liderou esse projeto, mas contou com a parceria de muitos partidos políticos para poder executar esse programa que tem transformado o Rio Grande do Sul. Não tenho nenhum problema de construir também com a liderança de algum outro partido, desde que o projeto tenha continuidade. Mas o projeto vai continuar e nós vamos eleger a continuidade do projeto.



ANDRESSA PUFAL/JC

Governador Eduardo Leite recebeu equipe do JC no Palácio Piratini para entrevista exclusiva sobre 2022